

A INTERPRETAÇÃO LACOSTEANA DA OBRA DE IBN KHALDUN: COLONIALISMO, REVOLUÇÃO ARGELINA E SITUAÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO (1956-1966)

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Graduado e mestre em Geografia. Membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS).
jose.ribeirojunior@ifma.edu.br

RESUMO: Analisa as sucessivas *posições* do geógrafo Yves Lacoste face ao livro *Al-Muqaddimah* (1377) do historiador Ibn Khaldun (1332-1406) considerando as vicissitudes da Revolução Argelina (1954-1962), no que tange ao contexto sócio-histórico, bem como as interpretações do historiador Charles-André Julien (1891-1991) e do geógrafo Émile-Félix Gautier (1864-1940) acerca da arabização-islamização do Magrebe. O presente escrito vincula-se à *história intelectual*. Nos termos de François Dosse (2006 [2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade. Este artigo toma como base: (I) os escritos lacosteanos sobre a obra khalduniana, as memórias e as entrevistas do geógrafo (LACOSTE, 1956; 1991 [1966]; 2010; 2018; 2022); (II) as observações realizadas por Émile-Félix Gautier (1927) e Charles-André Julien (1986 [1931]); e (III) as contribuições analíticas e históricas realizadas por J. Laginha Serafim (1984), Richard Max de Araújo (2007) e Beatriz Bissio (2012). A princípio, um dos principais resultados que a pesquisa permitiu apontar é que, em virtude da Revolução Argelina, Lacoste assumirá uma postura anticolonialista e, simultaneamente, gaullista na avaliação do fenômeno. Além disso, ressalta-se a importância de interpretar a leitura lacosteano da obra de Ibn Khaldun como uma posição concreta face às avaliações de Gautier e Julien.

Palavras-chave: Yves Lacoste. Ibn Khaldun. Revolução Argelina. Subdesenvolvimento.

THE LACOSTEAN INTERPRETATION OF IBN KHALDUN'S WORK: COLONIALISM, THE ALGERIAN REVOLUTION AND THE SITUATION OF UNDERDEVELOPMENT (1956-1966)

ABSTRACT: It analyses the successive *positions* of the geographer Yves Lacoste in relation to the book *Al-Muqaddimah* (1377) by the historian Ibn Khaldun (1332-1406) considering the vicissitudes of the Algerian Revolution (1954-1962) in terms of the socio-historical context, as well as the interpretations of the historian Charles-André Julien (1891-1991) and the geographer Émile-Félix Gautier (1864-1940) on the Arabisation-Islamisation of the Maghreb. This writing is linked to *intellectual history*. In the terms of François Dosse (2006 [2003]), it is a project to elucidate the works of thinkers in their historicity. This article is based on: (I) Lacoste's writings on Khaldun's work, the geographer's memoirs and interviews (LACOSTE, 1956; 1991 [1966]; 2010; 2018; 2022); (II) the observations made by Émile-Félix Gautier (1927) and Charles-André Julien (1986 [1931]); and (III) the analytical and historical contributions made by J. Laginha Serafim (1984), Richard Max de Araújo (2007) and Beatriz Bissio (2012). Initially, one of the main results that the research allowed us to point out is that, due to the Algerian Revolution, Lacoste will assume an anti-colonialist and simultaneously Gaullist stance in the evaluation of the phenomenon. In addition, the importance of interpreting the Lacostean reading of Ibn Khaldun's work as a concrete position in the face of Gautier and Julien's evaluations is emphasized.

Keywords: Yves Lacoste. Ibn Khaldun. Algerian Revolution. Underdevelopment.

1 INTRODUÇÃO

O geógrafo especialista em geopolítica Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Lacoste é principalmente conhecido por dois aspectos: a publicação do livro *La géographie – ça sert, d'abord, à faire la guerre*, em 1976; e, no mesmo ano, a fundação da revista *Hérodote*.

Sem embargo, questões relativas à África do Norte e, particularmente, à Argélia, também foram objeto de reflexão do autor tal qual demonstram as seguintes publicações: (1) *La grande œuvre d'Ibn Khaldoun* (1956); (2) *L'Afrique du Nord* (1957); (3) *L'Algérie, passé et présent* (1960); e (4) *Ibn Khaldoun – Naissance de l'Histoire/Passé du Tiers Monde* (1966).

Em outro artigo, buscou-se refletir sobre a trajetória de Yves Lacoste até o momento da descoberta da obra de Ibn Khaldun – nos idos de 1952-1953 (RIBEIRO JUNIOR, 2023). Sendo assim, enquanto objeto de reflexão neste momento, propomo-nos analisar as sucessivas *posições* do geógrafo em tela frente ao livro khalduniano *Al-Muqaddimah* (1377) considerando as vicissitudes da Revolução Argelina (1954-1962), no que tange ao contexto sócio-histórico, bem como tratando-as como uma *oposição* às interpretações do historiador Charles-André Julien (1891-1991) e, sobretudo, àquela do geógrafo Émile-Félix Gautier (1864-1940).

O presente escrito vincula-se à *história intelectual*. Nos termos de François Dosse (2006 [2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade.

No espírito lacosteano, adicionamos: de sua *geograficidade*¹. Sim, pois como veremos, as reflexões do geógrafo em tela estão grávidas de determinações geográficas que são plasmadas em sua escrita. Os traços, as características espaciais que dão forma e conteúdo à situação de subdesenvolvimento do Magrebe, bem como ao “passado do terceiro mundo” em geral, são elevadas ao nível de reflexão geográfica no pensamento lacosteano.

Até onde a pesquisa alcançou, a análise do livro *Ibn Khaldoun* foi levada a cabo pelo historiador Roger Le Tourneau, o sociólogo Jean-Paul Charnay (1928-2013) e o geógrafo Marc Côte. Côte (1966) pondera que o objetivo de Lacoste é duplo: (1) devolver a este grande pensador o lugar que lhe convém; e (2) mostrar a intuição que o historiador magrebino teve da situação socioeconômica dos países islâmicos do Mediterrâneo ocidental no século XIV.

Charnay (1966) considera que Lacoste se empenha em apresentar uma explicação de Khaldun a partir da exposição do método histórico – seu pensamento histórico – gênese e campo de aplicação. A evolução do poder e dos Estados magrebinos é resultado de uma análise dos fatores estruturais internos das próprias sociedades. Charnay finda atentando para o caráter engenhoso e, às vezes, inovador e fecundo da obra e interpretação do geógrafo.

Finalmente, Le Tourneau (1968) fará uma análise crítica valiosa sobre a obra lacosteano, em diversas dimensões: (I) a chegada dos árabes ao Magrebe; (II) o comércio de ouro com o Sudão; (III) a generosa “marxização” de Khaldun; e (IV) a imolação de Gautier no altar de Ibn Khaldun. Este último aspecto é fundamental para nossa análise e julgamos que o historiador não desenvolveu – de forma mais ampla – essa chave de leitura.

Este artigo toma como base – além dos sobreditos textos lacosteanos – as memórias e entrevistas do geógrafo em foco (LACOSTE, 2010; 2018; 2022); as observações realizadas por Émile-Félix Gautier (1927) e Charles-André Julien (1986 [1931]); e as contribuições analíticas e históricas realizadas por J. Laginha Serafim (1984), Richard Max de Araújo (2007) e Beatriz Bissio (2012). Para tanto, dividiu-se o escrito em três partes, além da introdução: na primeira parte focaliza-se o artigo *La grande œuvre d'Ibn Khaldoun* e o contexto da Revolução Argelina; na segunda parte avalia-se por qual motivo Lacoste lança mão de Ibn Khaldun para explicar o “passado terceiro-mundista” do Magrebe no século XX; na terceira parte interpretamos a análise lacosteano enquanto uma *posição* frente à obra de Gautier e Julien. As considerações finais integram a última parte.

¹ Isto é, a diversidade de fenômenos que os geógrafos consideram como parte da geografia (LACOSTE, 2018).

2 IBN KHALDUN, COLONIALISMO FRANCÊS E REVOLUÇÃO ARGELINA

Tal qual escrito na introdução, no artigo *Yves Lacoste em Argel: afinidades eletivas e a descoberta da obra de Ibn Khaldun*, refletimos sobre a trajetória (pessoal e intelectual) do geógrafo em tela até o momento da descoberta do livro *Al-Muqaddimah* em 1953. Ali, entendemos que as situações existenciais pelas quais Lacoste atravessou na Argélia marcaram profundamente a constituição de suas obras. Esse entendimento está mantido no presente artigo. Não obstante, gostaríamos agora de ressaltar que não foi somente em 1953 – quando publica *Les Prolégomènes d'Ibn Khaldoun* na revista *Progrès* – que Yves Lacoste analisa *Al-Muqaddimah*. Em 1956 e 1966 ele também se posicionará face à obra khalduniana. Nesses exatos dez anos, o geógrafo franco-marroquino será transfixado pelas discussões acerca da África do Norte e sobre o subdesenvolvimento. Aqui nos concentraremos na importância da Revolução Argelina enquanto contexto sócio-político que confere substância para as reflexões lacosteanas acerca do historiador magrebino.

Em 1956, na edição de setembro-outubro da revista *La Pensée*, Lacoste apresentou um novo texto intitulado: *La grande œuvre d'Ibn Khaldoun*. A grande obra de Ibn Khaldun o leitor já tem conhecimento qual seja: *Al-Muqaddimah*. A questão que nós fazemos é: o que esse texto difere da primeira intervenção lacosteana em 1953?

A princípio, ele esclarece as razões do silêncio sobre a obra de Khaldun. Este criou a maior parte de sua obra na África do Norte onde viria se constituir a Argélia – àquela altura, no segundo ano de sua revolução. Silenciar o magrebino era emudecer sobre o passado ilustre de um povo que tinha o seu caráter nacional negado. A quem interessava esse silêncio? Ao *colonialismo* francês. Finalmente, a obra khalduniana destruía o mito colonial do caráter não-original, não-criativo e puramente sincrético das civilizações árabes.

Dessa forma, a principal diferença e aprofundamento que Lacoste nos traz é a noção de *asabiya* – traduzida pelo Barão de Slane² por *espírito de corpo*. Serafim (1984, p.60) explica que por esse termo pode-se entender “ligações dinâmicas, ou espírito de clã, de grupo, ou de tribo, com base no parentesco de sangue”. A função da *asabiya* é cimentar, política e socialmente, todas as relações “entre contribuintes e ‘clientes’, ou entre tribos”. Ela é “a força do parentesco legítimo varonil e a motora do tribocentrismo em torno de um chefe militar ou de uma família poderosa”. Logo, a *asabiya* é fundamental para fazer um Estado coeso. Fica claro

² Trata-se de William Mac Guckin (1801-1878).

porque ela era um conceito tão importante para Khaldun, pois o Magrebe à sua época observava diversas conflagrações das tribos e clãs.

É essa noção que explica a oposição fundante entre nômade e citadino. Os nômades – ferozes, puros e virtuosos – diferem dos citadinos – indolentes, preguiçosos, depravados – porque detêm a *asabiya*. Essa noção está no âmago das teorias khaldunianas. A organização social nômade assenta-se na *asabiya* – nessa solidariedade de grupo – pelas duras condições de vida. A *asabiya* leva à coesão e à obediência do grupo, daí a diferença socio-organizativa do nômade em relação àquela do citadino – covarde, individualista e personificação do mal (LACOSTE, 1956).

Trata-se de outro neologismo seu, que, à falta de melhor expressão, tem sido traduzido por espírito de corpo ou solidariedade agnática. A *assabiya* é responsável pela coesão que faz os contingentes beduínos tão fortes e temíveis e permite entender por que os povos menos civilizados são os que realizam as conquistas mais vastas. Para proteger os seus acampamentos, os beduínos contam com grupos de guerreiros formados pela sua juventude mais valente; mas seriam incapazes de rejeitar um ataque se não estivessem ligados pela *assabiya*, o fator que os faz superar os piores desafios. O historiador explica que nem todos os governos e todas as sociedades têm *assabiya*, constatando a sua ausência na maior parte do mundo muçulmano do seu século, exatamente onde no passado se estabeleceram os Estados que, comparativamente, eram os mais estáveis e os mais poderosos (BISSIO, 2012, p.134).

Para Khaldun, a potência política de um grupo de tribos repousa na *asabiya*: a coesão de uma tribo dirigente em torno de uma família governante que, a partir da montanha ou da estepe, leva atrás de si outras tribos na conquista do Estado cuja *asabiya* enfraqueceu na vida citadina, ao abrigo das muralhas. Por sua vez, Lacoste (2018; 2010) definiu *asabiya* como “o motor do devir do Estado”. O geógrafo acrescenta que *asabiya* é um conceito geopolítico porque a tribo real que funda um novo Estado controla o *bled Maghzen*, enquanto que as tribos das quais um novo grupo líder surgirá estão no *bled siba* (montanhas e estepes). Este é o território da dissidência, onde as tribos se recusam a pagar o imposto; aquele é o controlado pelo Estado. A fraqueza de um Estado depende de sua coesão, da solidariedade, da *asabiya* da tribo real. Com efeito, a *asabiya* deriva do poder que um líder e os seus apoiantes exercem sobre o conjunto de um grupo. O declínio da *asabiya* no *bled Maghzen* é a raiz da ascensão do *bled siba*.

Araújo (2007, p.123) julga ser a *asabiya* um conceito dialético – bem próximo do que pensa o geógrafo – e enumera três momentos no qual cada um constitui uma contradição em relação aos outros:

1. O estado puro (beduíno). Essa força torna-se um poder conquistador; 2. O igualitarismo tribal que caracteriza o *al- 'umran al-badawi* que vai redundar no despotismo de um chefe; 3. A destruição, quando o soberano recruta forças mercenárias para defender seus privilégios e o bem-estar de seu *al- 'umran al-hadari*. Assim, a *'asabiyya* desse Estado decadente cede espaço a uma nova. É importante observar que cada *'asabiyya* assume um papel histórico ao menos por três gerações.

A *asabiya* existe em *quase* todas as tribos (sejam elas nômades ou camponesas) onde a solidariedade da tribo faz com que seus membros apoiem os empreendimentos bélicos de alguns deles contra as tribos vizinhas e, acima de tudo, contra o aparelho de Estado que pretende impor sua autoridade às tribos e fazê-las pagar imposto. Esse poder do Estado é o resultado de cada dinastia de uma tribo do *bled* que, através da valentia dos seus guerreiros e de sua forte ideia de *asabiya*, conseguiu suplantar a tribo real da dinastia precedente. A *asabiya* enfraquecida de uma tribo é a chave da vitória da outra. Ela começa a declinar a partir do momento em que, na sua capital, o novo rei busca ser obedecido pelos membros da sua própria tribo – que o conduziu à vitória. De acordo com Lacoste (2010), no seio da tribo real que se tornou urbana, a *asabiya* se dissolve em três gerações – da mesma forma que raciocina Araújo (2007). O resultado é a queda do Estado sob os golpes que lhe sucederá e conheceu o mesmo destino.

Nos anos de 1956-1957, Yves Lacoste e Camille Dujardin travam relações discretas com a *Fédération de France du Front de libération nationale* (FLN). O irmão de Lacoste, Hervé, era soldado na Argélia, mas como era casado e pai de um filho não foi enviado para operações no *bled*³. Ele considera a revolução argelina relativamente legítima vez que estavam – os argelinos – lutando pela independência de sua nação. E questiona: a independência, “não foi por muito tempo considerada na França como uma razão política superior a todas as outras?” (LACOSTE, 2018, p.89)

³ Pode tanto se referir à uma localidade, a um campo, ou país. (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.552).

Mas também faz outra questão reveladora: “por que os argelinos não se tornaram franceses?” (LACOSTE, 2018, p.89). É possível deduzir que ele considerasse legítimo a *assimilação*, o tornar-se francês, pois muitos deles lutaram valentemente pela França durante as duas guerras mundiais. E lembra que os europeus da Argélia, durante toda a primeira metade do século XX, se opuseram – em grande parte – ao direito de voto dos árabes e ao ingresso nas escolas, onde se aprendia o francês. A título de ilustração, em 1937, o “voto era permitido no país a cerca de duzentos mil franceses e a apenas vinte mil muçulmanos” (YAZBEK, 2010, p.33).

Talvez isso explique o “relativamente” que Lacoste adiciona ao substantivo feminino “legítima”. Sem dúvida a independência da Argélia era “legítima”. É como se Lacoste questionasse: mas por que os argelinos não poderiam se tornar franceses? Por que eles não poderiam votar e aprender o francês? Tornar os argelinos franceses dentro de uma comunidade nacional não seria uma solução para esse conflito?

Sim, isso teria sido uma solução, isso teria sido uma solução. Bem, infelizmente como os *pièds noirs*, os europeus são, um pouco, opostos por todos os meios à independência, tudo isso não foi possível. Bem, isso era uma coisa. E então, depois da independência, na época alguns meses depois da independência, começamos a perceber que entre os argelinos, haverá conflitos muito, muito sérios (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Em 1957, as primeiras publicações de Lacoste versavam sobre a região da África do Norte, especialmente o Magrebe. Ele diz que se tratava de comparar o Marrocos e a Argélia, mas quando analisamos as publicações vemos que ele trata da Tunísia também. Que publicações são essas? Trata-se dos *documents* EDSCO (*Éditions Scolaires*) destinados aos professores franceses (LACOSTE, 1957a; 1957b). Esses documentos eram publicados sob a direção de André e Lucien Sève (1926-2020). Lucien foi membro do PCF de 1950 até 2010.

1957 também é marcado pela batalha de Argel. Os atentados a bomba da FLN se multiplicaram. O general Jacques Massu (1908-2002), junto com a 10ª divisão de paraquedistas, consegue dismantelar a rede da FLN em Argel, liderada por Yacef Saadi. No entanto, fora de Argel, a FLN impõe-se. Os partidários do Movimento Nacional Argelino (MNA), que se mantinham fiéis ao moderado Messali Hadj e não se sujeitavam à FLN, eram mortos – tanto na França, quanto na Argélia (LACOSTE, 2006). O Exército de Libertação Nacional (ELN),

braço armado da FLN, opera inclusive na Tunísia e Marrocos. A França responde construindo barreiras eletrificadas e minadas nas fronteiras para impedir a ação da FLN pelos dois vizinhos, especialmente pela Tunísia – a assim chamada linha Morice⁴ (BENHEDDI, 1992).

Em 13 de maio de 1958, ocorre o *putsch* de Argel, “uma violenta reação da parte dos colonos europeus em defesa do estatuto da Argélia como colônia francesa” (HERNANDEZ, 2008 [2005], p.481). Esse *putsch* foi conduzido – na visão de Lacoste – por generais que se recusaram a submeter, à Paris, seus planos de operação fora da Argélia. Tais generais haviam bombardeado uma base da FLN na Tunísia. “O bombardeamento, num dia de mercado, fez 70 mortos, sobretudo mulheres e crianças” (LACOSTE, 2006, p.241). O ataque desencadeia uma crise internacional. O presidente (1957-1987) Habib Bourguiba (1903-2000) apresentou queixa à ONU exigindo que o problema argelino fosse discutido. Em Paris, começam rumores sobre negociações com a FLN vez que a situação ameaçava alastrar-se por todo o Magrebe.

Os generais golpistas queriam liberdade para decidir sobre as operações fora da Argélia. Ameaçaram o governo com o envio de paraquedistas para Paris e não aceitavam negociações com os rebeldes argelinos. Exemplo dessa postura era o general Raoul Salan (1899-1984). Em 13 de maio de 1958, em Argel, uma multidão permitida pelos paraquedistas, apodera-se do edifício do governo-geral. Em seguida, constitui-se um comitê de salvação pública e o presidente da República, René Coty, apela para o General de Gaulle. De Gaulle aceita com a condição de ter plenos poderes por seis meses e a revisão da Constituição.

Esse movimento foi compreendido pela esquerda – e por Lacoste – como um golpe de força fascista. Coty, então, nomeia de Gaulle presidente do Conselho de Ministros em 01 de junho de 1958. Em 04 de junho ele visitou a Argélia e comentou à multidão: “Compreendi-vos” (LACOSTE, 2006, p.242). Só que, como ironizou Lacoste, não disse o que compreendeu.

Em 22 de setembro de 1958 foi aprovada a Constituição da Quinta República Francesa. Constituição essa “que atribuía maiores poderes ao Executivo” (YAZBEK, 2010 [2008], p.69). A Quinta República é fundada “com tentativas públicas de negociar um acordo com a FLN, que se mantinha focada no objetivo de alcançar a independência completa” (YAZBEK, 2010 [2008], p.69). Em outubro, mostrando que não havia compreendido – e nem poderia – o autêntico desejo de libertação do povo argelino, de Gaulle lança o plano de Constantina. Trata-se de um programa de obras e industrialização com vistas a reduzir o desemprego e desenvolver a produção de petróleo no Saara (LACOSTE, 2006). Na prática, era uma tentativa de integração das populações muçulmanas na sociedade francesa (MERLE, 2005 [2003]). Nessa mesma

⁴ Alusão à André Morice (1900-1990) que, na ocasião, era Ministro da Defesa.

linha de raciocínio, André Prenant (2000 [1995], p.267) considerava esse plano uma estratégia para “amarrar a Argélia à França”. De qualquer forma, o plano estava programado para durar os cinco anos seguintes (de 1958 a 1963) e previa o desenvolvimento social e econômico da Argélia nos seguintes aspectos: “mais terras, inclusive devolução das propriedades confiscadas; mais habitações; maior número de empregos; salários equivalentes aos da França; e mais escolas em todos os níveis” (YAZBEK, 2010 [2008], p.65).

Yves Lacoste concluiu que de Gaulle teve a coragem de correr os riscos de enfrentar os ultras da OAS⁵ e os executivos do exército; e que a França teve sorte por ele ter retornado ao poder. Seria Lacoste um gaullista? Pois o fato é que embora de Gaulle admitisse a autodeterminação, a Argélia deveria permanecer associada à França. A resposta dessa pergunta tem duas dimensões. Em primeiro lugar, no cômputo geral, o geógrafo negou que era gaullista – pois ainda era comunista e tinha muito respeito pelo general em virtude do papel desempenhado pelo mesmo na Segunda Guerra Mundial com o apoio da URSS.

E depois, sobretudo, me manifestei contra o regresso de Gaulle, com os meus camaradas: “de Gaulle não passará!” [risos]. Não íamos chamar de Gaulle de “fascista” ou “nazi”, não, sabia-se que não era verdade. Bom, sobre de Gaulle, o Partido Comunista não era claro. E depois de alguns meses, quando de Gaulle decide uma série de coisas, ele se dirige à população. Na esquerda, considera-se que a população vai dizer a de Gaulle “Vai, volta para sua casa, não queremos mais você”. E a população aprova completamente em 80%, você percebe, as decisões que De Gaulle tomou (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Sem embargo, num aspecto muito específico da questão, o geógrafo foi efetivamente gaullista:

⁵ Trata-se da *Organisation Armée Secrète* que se opunha à independência da Argélia. Explica Yves Bénot (2005 [2003], p.646): “Ademais, os ultras, frustrados pelos escassos resultados de sua vitória em maio de 1958, criaram uma organização clandestina, a Organização do Exército Secreto [...] que matará, na Argélia e também na França, franceses considerados liberais e argelinos, mas muito mais argelinos do que franceses. O próprio De Gaulle será alvo da OAS e conseguirá escapar de vários ataques, dois deles em 1961 e 1962. O jogo era arriscado, como se vê. Além disso, quase até o fim, as manifestações de esquerda contra a OEA foram proibidas e livros e jornais continuaram a ser sequestrados”.

Essa volta do de Gaulle... em 67, em 59, foi em 59 que ele voltou. Então a partir daí eu o apoiei com meus votos etc. o general de Gaulle quando ele é primeiro-ministro e quando ele vai pôr fim à guerra na Argélia, apesar da oposição dos generais. Então, os generais creem que haverá uma insurreição do exército em Argel, mas os oficiais, os soldados comuns que foram forçados a ir, porque estão fazendo seu serviço [militar] não querem. E naquela época, os generais que buscavam tomar o poder fugiram para a Espanha para se refugiar. Bom, é assim, se você quiser, o de Gaulle teve a coragem de dizer uma certa quantidade de coisas. Ele não vai dizer, não diz, não disse imediatamente: “Quero a independência da Argélia”. Ele disse: “Não quero que os generais em Argel bombardeiem o Marrocos ou a Tunísia”. Isso ele disse. E a partir desse momento, ele está lá... mas lá, eu me tornei um gaullista naquele momento [risos] porque percebi que era muito importante obrigá-los, impedir que os generais agissem na Tunísia e no Marrocos que até então tinham sido amigos leais da França. O sultão de Marrocos, que um dos tolos dos generais franceses tinha caçado, durante a guerra ele apoia de Gaulle (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

Em 1960, é publicado pelas *Éditions sociales* o livro *L'Algérie, passé et présent*. Esse livro, relembremos, havia sido demandado por Dresch – nos idos de 1956 – à Lacoste, Prenant e Nouschi. O historiador Roger Le Tourneau (1907-1971) considerou justa a preocupação de Jean Dresch, que escreveu o prefácio, em alertar o leitor de que a obra não expressava a história oficial, ou seja, a história colonial que ignora o colonizado e procura justificar o colonizador. Le Tourneau (1961) apontou que existiria um meio termo entre a história oficial e a história do colonizado, embora a atmosfera passional – dado a Revolução argelina – não facilitasse o debate.

Yves Lacoste escreveu três capítulos da segunda parte da obra: *As etapas históricas da constituição da Argélia*. Na parte que lhe coube, abordou questões que aparecerão futuramente em *Ibn Khaldoun* (1966). Por exemplo, investe contra interpretações preconcebidas de Émile-Félix Gautier (1864-1940). Gautier atribui à conquista árabe, à islamização da África do Norte, o início dos séculos obscuros do Magrebe (GAUTIER, 1927). No entanto, Lacoste mostra, não só como a civilização árabe-islâmica engendrou períodos gloriosos do Magrebe, mas também como a colonização romana explorou a região. Longe de provocar um verdadeiro desenvolvimento da economia, antes provocou o seu retrocesso. De uma policultura harmoniosa, do equilíbrio entre a agricultura e a pecuária, a África regrediu para a monocultura. As técnicas não progrediram, e sim regrediram em favor do emprego de grandes massas de escravos, cujo recrutamento perturbou gravemente a sociedade. A África Romana não era caracterizada por uma economia equilibrada e próspera, mas pela exploração lucrativa em benefício de uma minoria de grandes proprietários romanos ou berberes latinizados, de

traficantes, dos recursos do país exportados em grandes toneladas (trigo, metais, lã, madeira, óleo).

Gautier também efetivava uma oposição entre nômades e sedentários. Lacoste elucida que no interior de uma mesma confederação de tribos, coexistem muitas vezes grupos sedentários e elementos nômades e seminômades, comportando-se, não como adversários inexpugnáveis, mas muitas vezes como associados. Não anuvia a existência de lutas entre nômades e sedentários, mas não como grupos homogêneos. Tratava-se de conflitos políticos entre um exército composto por nômades e sedentários e outros nômades e sedentários; explica que os berberes não conformavam uma unidade étnica: são melhor qualificados por um estilo de vida, vez que dependendo das regiões e condições históricas, alguns foram nômades, outros sedentários – e entre esses dois extremos existem todas as formas de seminomadismo.

A Revolução Argelina estava a pleno vapor e assumia formas cada vez mais perigosas. O general de Gaulle era novamente o governante francês. Em 16 de setembro de 1959, De Gaulle propôs aos franceses (tanto da Argélia, quanto da França) um referendo sobre a autodeterminação da Argélia. Os europeus argelinos acusaram essa medida de traição e, em janeiro de 1960, foram erguidas barricadas no bairro europeu de *Bab el Ued*. O exército aguardou o resultado das negociações, mas, sentindo-se traído, terminou por reagir às barricadas (LACOSTE, 2006).

Em janeiro de 1961, teve lugar na França o citado referendo. Yazbek (2010 [2008]) apontou que 75% do eleitorado era favorável. Após isso, um grupo de generais em 21 de abril tentam um golpe de Estado contra de Gaulle. André Zeller, Edmond Jouhaud, Maurice Challe e Raoul Salan, os quatro generais golpistas, objetivavam impedir os acordos entre a França e a FLN em torno da independência argelina. O *putsch* dos generais fracassa por falta de apoio da maior parte das Forças Armadas. Os quatro generais citados, apoiados por batalhões de paraquedistas da Legião Estrangeira, formam a OAS para manter o estatuto colonial da Argélia – mas fracassará. O Governo francês tentou ainda criar uma Organização Comum das Regiões Subsarianas (O CRS). Essa organização englobaria boa parte do Saara dominado pela França.

Por esse motivo, entre outros, o Governo Provisório da República Argelina⁶ (GPRA) recusa a continuação com o governo francês nesses termos (LACOSTE, 2006).

Finalmente, em 18 de março de 1962, os acordos de Evian foram assinados. Os acordos asseguram parte do petróleo à França e garante a presença dos franceses em território argelino. Com os acordos de Evian, os franceses da Argélia tinham o direito de ficar, mas 1 milhão e meio deles deixaram o país em virtude das ações terroristas da OAS. Isso não havia sido previsto pelo governo de Charles de Gaulle (LACOSTE, 2018). E ainda havia os *harkis* – auxiliares do exército francês durante a Revolução argelina. Lacoste narra que oficiais franceses receberam ordens para abandonar os *harkis* à vingança da FLN. Vários *harkis* foram instalados em campos de acomodação militar – De Gaulle receava que pudessem ser utilizados pelo OAS. Ainda assim, vários atravessaram o Mediterrâneo, já que os acordos de Evian previam a livre circulação entre a Argélia e a França. Mas muitos morreram de fato nas mãos da FLN, inclusive militantes do MNA de Messali Hadj. A independência da Argélia é reconhecida em 05 de julho de 1962. Uma guerra que custou a vida de mais de 300 mil mortos (LACOSTE, 2006).

Camille e Lacoste qualificarão a imigração de argelinos para a França de inesperada porque, pensaram, “depois de uma guerra tão terrível, nenhum argelino iria querer ir para a França, nem mesmo falar francês” (LACOSTE, 2018, p.102). Com um país arrasado pela guerra, certamente não era nada atrativo retornar para a Argélia e falar francês seria o mínimo dos problemas nessa situação. Lacoste considerou certas informações que levaram ele e Camille a refletir sobre a imigração imprevista. O governo francês tinha estabelecido barreiras elétricas nas fronteiras da Tunísia e do Marrocos. O objetivo era evitar que o Exército de Libertação Nacional se infiltrasse na Argélia para combater o exército francês. Essas unidades do ELN foram criadas por argelinos vindos da França, que foram a Tunísia ou Marrocos para criar um exército moderno equipado pelo Egito ou outros estados árabes. O governo francês não protestou abertamente à Tunísia e ao Marrocos. Consequentemente, depois dos Acordos de Evian, as barreiras de fronteira foram levantadas permitindo que parte desse braço exterior do ELN entrassem na Argélia enfrentando imediatamente os *maquis*⁷. Os *maquis* não almejavam deixar o poder aos oficiais da ELN, arriscando dividi-lo com os líderes da FLN. Após a independência, a FLN instituiu o regime de partido único.

⁶ Braço político da FLN, fundado em 1958 no Cairo.

⁷ Aqui, Lacoste emprega *maqui* num sentido bastante lato, para além do significado metonímico de membro da Resistência Francesa. Nesse caso, *maqui* é um combatente que se escondia na vegetação mediterrânea.

Nos anos 1960, o geógrafo alega ter evitado relatar publicamente essa situação para não comprometer as novas relações entre França e Argélia. Ele diz que o general de Gaulle falava de cooperação com a Argélia independente, mas Lacoste anuvia o *crescendo* das operações bélicas sob o comando do mesmo general. Isso coaduna com a perspectiva *nem tão anticolonialista assim* de Lacoste. Em determinado momento, *exempli gratia*, o geógrafo confunde claramente a *violência do colonizador com a violência do colonizado*: “Certamente, horrores tinham sido cometidos pelos franceses, mas também pela FLN contra os franceses e os argelinos” (LACOSTE, 2018, p.103). Ou ainda quando rememora o papel dos médicos militares nos países africanos, a exemplo de *Haute-Volta* (Burkina Faso):

Eu estava tão interessado nestes problemas [da oncocercose] que procurei de todos os modos encontrar informações dos médicos que tinham, sobre isso, os médicos militares. No mundo colonial hoje dizemos: “ah esses militares”, mas os militares – do ponto de vista médico, do ponto de vista da análise das doenças tropicais – fizeram um trabalho maravilhoso, formidável. Lá, agora, os estados africanos não têm mais esse corpo de oficiais médicos. Então, hoje nós, nós denunciemos o colonialismo etc. Tenho muito orgulho do fenômeno colonial. Houve coisas muito desagradáveis, muito horríveis, mas o trabalho dos oficiais, você sabe, que estão no mato, que estão sozinhos... com prescrições médicas, eles fazem um ótimo trabalho. [...]
Então, se eu falar isso para os jovens [eles vão dizer:] “Lacoste é um colonialista”. Bom, sim [risos]. Em determinado período histórico, o fenômeno colonial foi um fenômeno positivo. E em particular, destruindo os reinos ou os grandes chefes de tribos que capturavam escravos para vendê-los... (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

É absolutamente verdadeiro que aconteceram horrores entre os argelinos – o combate entre a FLN e o MNA de Messali Hadj não nos deixa mentir. Já em setembro de 1963, eclodiu na Cabília uma revolta contra o governo da Argélia. Essa revolta foi dirigida pela *Front des forces socialistes*⁸ do cabila Hocine Ait Ahmed (1926-2015) que objetivava um status de igualdade entre todas as correntes que lutaram pela independência da Argélia. Buscando prevenir uma oposição democrática, a FLN reprimiu essa revolta que marcará uma “ruptura muito duradoura entre a Cabília e os dirigentes argelinos (LACOSTE, 2006, p.245).

Em 1964, Camille e ele foram convidados pelo governo argelino, na figura de Amar Ouzegane (1910-1981). Ouzegane tinha sido nomeado ministro da agricultura e reforma agrária

⁸ Partido político argelino fundado em 1963.

pelo primeiro presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella (1916-2012). Lá, o geógrafo em tela foi realizar uma conferência sobre Ibn Khaldun, num salão que tinha acabado de receber o nome do pensador magrebino. Relembremos que Lacoste já tinha escrito dois artigos sobre Ibn Khaldun: um na revista *Progrès* e outra na revista *La Pensée*. Na conferência, o geógrafo está explicando porque – em Ibn Khaldoun – numa tribo, o que se torna rei tem dificuldade de ser obedecido pelos seus companheiros de armas, quando chega o presidente Ben Bella e vários de seus ministros. Ben Bella riu sem constrangimento (LACOSTE, 2018). Um ano depois, Ben Bella seria derrubado do poder pelo coronel da FLN Houari Boumédiène (1932-1978).

Finalmente, na primavera de 1965, depois de 10 anos de atividades, Lacoste conclui sua obra sobre Ibn Khaldoun. O livro toma como base os dois artigos que ele dedicou à obra khalduniana. No espírito da *geografia ativa*, a situação de subdesenvolvimento é capturada pelo prisma regional, podendo mesmo falar-se de uma situação *regional* de subdesenvolvimento – no caso, o Magrebe. É o ponto de chegada que o conduz, paulatinamente, às preocupações geopolíticas do Terceiro Mundo.

3 UM ANACRONISMO DELIBERADO

Qual a importância da obra de Ibn Khaldun para Yves Lacoste? A resposta a essa pergunta tem duas dimensões: a primeira é aquela que advoga Khaldoun fundador da história enquanto ciência. A segunda – e a que nos interessa imediatamente – é que a obra khalduniana esclarece os motivos, razões e circunstâncias que explicam a situação de subdesenvolvimento do Magrebe no século XX.

No primeiro caso, Lacoste (2018) reconhece que Khaldun foi precedido por importantes historiadores, tais quais Heródoto (485 a.C. – 425 a.C.) e Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.). Sem embargo, em sua avaliação, é com Khaldun que surge a abordagem [*démarche*] do historiador moderno, ou seja, a dissociação entre tempos longos e tempos curtos, a articulação entre o que se passou sobre um vasto território durante um tempo longo, e o que se passou em espaços mais reduzidos e tempos mais curtos. Khaldun foi o primeiro a tratar nos *Prolegômenos* [*Al-Muqaddimah*] a história sobre os tempos longos, as evoluções estruturais do Magrebe, ao mesmo tempo que aborda os tempos curtos em *História dos berberes*.

A segunda dimensão é aquela concernente ao “Passado do terceiro mundo”. Para o geógrafo, tratava-se de um “anacronismo deliberado”. Sua intenção era fazer refletir sobre a

formação social de cada um dos países reunidos sob o termo terceiro mundo. Ele se interroga: “quais eram as classes dirigentes autóctones desses Estados antes da conquista colonial? Qual foi a evolução política do terceiro mundo?”⁹ (LACOSTE, 2018, p.128). Isso era importante por dois motivos: (I) Khaldun elucida a importância das tribos nas formações sociais do Magrebe – sejam elas camponeses sedentários ou pastores seminômades; e (II) na interpretação lacosteana os colonizadores europeus recorreram às referidas classes dirigentes autóctones para assegurar o poder – e aqui o geógrafo pensa no exemplo mais célebre: os *zamindars*¹⁰ da Índia “antigos zeladores gerais, tornados, graças à colonização, proprietários das terras onde recebiam o imposto” (LACOSTE, 1968 [1965], p.204).

Deixemos a querela da história-ciência aos historiadores. Centremo-nos, portanto, no “passado do terceiro mundo”. Por quê Khaldun explicaria o passado do terceiro mundo? O que justificaria esse anacronismo? Na visão do geógrafo em tela, o fato do historiador tunisiano ter efetivado uma análise científica das condições econômicas, sociais e políticas da África do Norte medieval. Fez isso descrevendo estruturas sociais e políticas muito complexas cuja lenta evolução determinou um longo processo histórico. Observa-se aqui uma interação dialética – porque movida pelas contradições – entre as condições internas da região magrebina e as influências externas. O resultado desse movimento torna possível a dominação colonial, especialmente a francesa, raiz fundante da *situação de subdesenvolvimento*.

Clarifica ainda que a relação entre a obra khalduniana e o subdesenvolvimento são complexas. Não quer o geógrafo dizer que Khaldun descreveu uma região objetivamente subdesenvolvida. O mérito do historiador foi ter estudado as “estruturas medievais que retardaram (ou impediram) a evolução econômica, social e política” (LACOSTE, 1991 [1966], p.7). Como escrevi antes, é da relação contraditória entre estruturas internas e forças externas que a colonização se faz possível, com a consequente situação de subdesenvolvimento a ela associada.

Certamente, se existe a situação de subdesenvolvimento, existe também a situação de desenvolvimento. Lacoste tipifica ainda uma terceira: a situação tradicional.

⁹ [...] quelles étaient les classes dirigeantes autochtones de ces États avant la conquête coloniale ? Quelle fut l'évolution politique des pays du tiers monde ?

¹⁰ O geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007, p.86) explica que “as propriedades *zamindari* foram criadas desde o final do século XVIII, quando a Companhia das Índias Orientais converteu os direitos dos coletores de impostos em direitos de propriedade”.

Diferentemente da *situação tradicional*, que se caracterizava outrora pelo ajustamento de um crescimento demográfico muito lento a um crescimento econômico não menos lento – ao contrário da *situação de desenvolvimento* em que o crescimento econômico, a partir do século XIX, é nitidamente mais rápido que o aumento demográfico –, a *situação subdesenvolvimento* define-se basicamente, em cada país do “Terceiro Mundo”, por um surto demográfico nitidamente mais rápido do que o crescimento dos recursos de que dispõem efetivamente as populações (LACOSTE, 1991 [1966], p.7).

Dessa forma, o Magrebe só poderia ser considerado subdesenvolvido a partir da combinação de dois critérios: a dominação colonial, no século XIX, e o crescimento demográfico, no século XX. Para Lacoste, o crescimento demográfico é o traço distintivo da quase totalidade dos países subdesenvolvidos. Ele é resultado dos avanços sanitários realizados (que diminuem a mortalidade) junto ao aumento insuficiente dos recursos que as populações efetivamente dispõem. As populações são travadas por freios econômico-sociais que a impedem de utilizar a totalidade dos recursos socionaturais para desenvolver-se. Um desses freios é a dominação colonial. Esta é a causa externa que, combinada com forças internas¹¹, gera a situação de subdesenvolvimento magrebina.

Não obstante, há ainda um outro fator que consubstancia a situação de subdesenvolvimento do Magrebe, em particular, e dos países do terceiro mundo, em geral. Lacoste nos convida a olhar para a Europa Ocidental. Neste continente tem lugar o que foi chamado de Revolução Industrial. Este fenômeno não decorre apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas também da existência de uma classe social que coordena os meios de produção em seu próprio proveito: a burguesia. Esta classe engendra transformações estruturais fundamentais em inovações e investimentos, o que solapa gradativamente os poderes políticos da nobreza, *pari passu* ao deslocamento do foco da atividade econômica para indústria – e não mais agricultura. No Magrebe, em contraposição à Europa Ocidental, a burguesia não foi capaz de constituir-se enquanto classe. É também por essa razão que “os países hoje subdesenvolvidos foram, historicamente, países sem burguesia” (LACOSTE, 1991 [1966], p.9).

Khaldun estudou a decadência dos Estados no Magrebe no século XIV. Este é o seu “centro de gravidade”, baseado “em suas próprias experiências e direcionado para uma etiologia do declínio, isto é, a explicação dos sintomas que podem levar à decadência de um império” (ARAÚJO, 2007, p.43). Os dois principais exemplos são o Império Almorávida (1040-

¹¹ Disputas tribais, minorias autóctones com poderes políticos exorbitantes, por exemplo.

1147) e o Império Almôada (1121-1269). Pela ótica de Lacoste, a decadência dos Estados é um malogro político que marcará a África do Norte. A causa fundamental é a ausência da burguesia. É importante destacar, mais uma vez, que não significa que o historiador tunisiano esteja qualificando o Magrebe de subdesenvolvido. Isso por si só seria um anacronismo inenarrável. O fato é que paralelo à capacidade da Europa Ocidental erigir poderosos Estados centralizados, no Magrebe os impérios estavam continuamente submetidos à desagregação.

Assim, enquanto a Europa Ocidental experimenta uma evolução socioeconômica, o Magrebe observa decadência. Daí decorrerá o ideal político de Ibn Khaldun: “o estabelecimento de Estados estáveis e bem organizados” (ARAÚJO, 2007, p.133). As estruturas sociais na Europa Ocidental tornam-se mais maleáveis em decorrência das Revoluções Gloriosa (1688-1689) e Francesa (1789-1799), além da já citada Revolução Industrial. Por outro lado, no Magrebe as estruturas ancilosadas são enrijecidas, o que conduz à uma relativa estagnação econômica. Essas estruturas serão parcialmente destruídas com a colonização, que intensifica a luta de classes interna a cada nação magrebina.

Assim, a importância da obra de Khaldun para o geógrafo repousa no esclarecimento da situação magrebina no século XIV ajudando na compreensão do dramático problema do século XX: o subdesenvolvimento. Este tem por característica básica, por isso mesmo aparece em cada país do terceiro mundo, um desequilíbrio entre o crescimento demográfico – em larga medida decorrente da revolução sanitária – e o crescimento econômico – obstaculizado por freios econômicos e sociais. O subdesenvolvimento, fenômeno do século XX, é sequela de causas de “longa duração” – tal qual o colonialismo – e outras mais recentes – o crescimento demográfico.

A obra khalduniana, especialmente os *Prolegômenos*, aborda esse problema que, no século XX, seria uma das causas profundas do subdesenvolvimento. As estruturas ancilosadas dos países do Magrebe impedem, bloqueiam ou freiam, uma evolução econômica superior; paralisa o progresso social. As populações urbanas no Magrebe, ao contrário da Europa Ocidental, não gozam de capacidade política e econômica para engendrar uma classe burguesa. Isto posto, o peso das causas internas no bloqueio evolutivo é o fator fundamental:

A análise realizada por Ibn Khaldun permite compreender que o progresso econômico e social do Magreb foi paralisado, não por fatores externos ou fortuitos, mas sim por causas internas; trata-se de um bloqueio estrutural que, no caso da África do Norte, tem a ver com a manutenção da preponderância das estruturas tribais e a seus dois corolários: a impossibilidade de uma apropriação privada dos meios de produção e a incapacidade dos privilegiados de constituir-se em classe nitidamente individualizada e em colocar a população num estado de dependência duradoura (LACOSTE, 1991 [1966], p.247).

Destarte, os europeus vão se apoiar nessas causas internas para impor a dominação colonial no Magrebe. Certamente, Lacoste diz que isso não ocorreu só no Magrebe, mas também em civilizações muçulmanas, indiana e chinesa. Essa estagnação interna impossibilita o desenvolvimento, que somente será retomado no século XX. É por essa razão o subtítulo do livro: *passado do terceiro mundo*.

4 DEFENDENDO KHALDUN DO COLONIALISMO

Por qual razão Lacoste se pôs estudar a obra de Ibn Khaldun? A julgarmos pela resposta de Araújo (2007) decorre peremptoriamente dos interesses colonialistas franceses no norte da África, em especial os franceses. Mas não foi apenas isso. O geógrafo considera Khaldun um grande pensador árabe que foi utilizado pela ideologia colonialista. Historiadores franceses já consideravam Khaldun uma referência, a exemplo de Georges Alfred Marçais (1876-1962). Estes recorriam ao tunisiano para explicar, no início do século XX, a situação de dependência colonial do Magrebe através de “leis geográficas”. Isso o motiva a estudar Ibn Khaldun.

Uma segunda razão são as avaliações do historiador Charles-André Julien (1891-1991) e, principalmente, do geógrafo Émile-Félix Gautier (1864-1940). Lacoste (2018) nos conta que tanto Gautier (1927) quanto Julien afirmam que o Magrebe jamais se recuperou de uma terrível invasão árabe. Designam assim os nômades (*Beni Hilal* e *Beni Solaym*) que foram enviados pelo Califado Fatímida para castigar a dinastia berbere Zirida. “Os Hilálíes e os Soleímidas são nômades puros, os mais belos representantes do nomadismo que já existiram. Inimigos nascidos de qualquer governo e de qualquer civilização” (GAUTIER, 1927, p.388). Por seu turno, Julien (1986 [1952], p.72) é inequívoco:

Os Banu Hilal, logo seguidos pelos Soleímidas, que não eram melhores, apressaram-se a usar a permissão. Eles correram para Ifríquia, derrotaram o emir, que tinha esperado encontrar neles auxiliares contra os hamadidas, saquearam Cairuão e devastaram a terra. [...] Os ziridas tiveram que se refugiar em Madhiya (1057), de onde tentaram, em vão, reconquistar as suas cidades perdidas. A Ifríquia foi entregue à anarquia. Cidades, principados e pequenos estados árabes foram criados espontaneamente.

Gautier comparava a destruição causada pela tribo dos *Beni Hilal* àquelas de Átila (400-453) e Gengis Khan (1162-1227). Os nômades tinham devastado as planícies e expulsaram os sedentários para as montanhas. Estes, por seu turno, só teriam descido em virtude da colonização francesa. É o argumento de Gautier. Os franceses seriam camponeses sedentários assim como os berberes da África do Norte, daí o seu entendimento (franceses e berberes) contra os árabes. Lacoste (2010) conta que essa argumentação foi formulada no período entreguerras e detinha um forte cariz colonialista. Durante a revolução argelina assumiu um significado ainda mais evidente.

Repousaria aí o antagonismo dos dois “gêneros de vida” do Magrebe: os nômades árabes nas planícies e os sedentários berberes nas montanhas. Gautier, por exemplo, atribui à colonização francesa a proteção dos camponeses sedentários e a expulsão dos nômades para as estepes à beira do deserto. Esta tese pretendia-se apoiar essencialmente em Ibn Khaldun. Portanto, era preciso defendê-lo das utilizações reacionárias desse pensador progressista em seu tempo.

No Magrebe, não se tratava de lutas entre gêneros de vida – como defendiam Gautier e Julien. Na visão do geógrafo, dizia respeito às relações geopolíticas muito complexas entre o *bled siba*¹² e o *bled Maghzen*¹³. Os cabilas, por exemplo, não fundaram um reino duradouro no Magrebe, ao contrário dos berberes do Alto Atlas (FIGURA 01), responsáveis pela criação do grande império Almôada que se estendia até a Andaluzia (LACOSTE, 2018).

¹² Território mais ou menos independente ou rebelde (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.552).

¹³ Trata-se tanto de um poder do Estado ou que depende do poder do Estado (LACOSTE-DUJARDIN; LACOSTE, 1991, p.553).

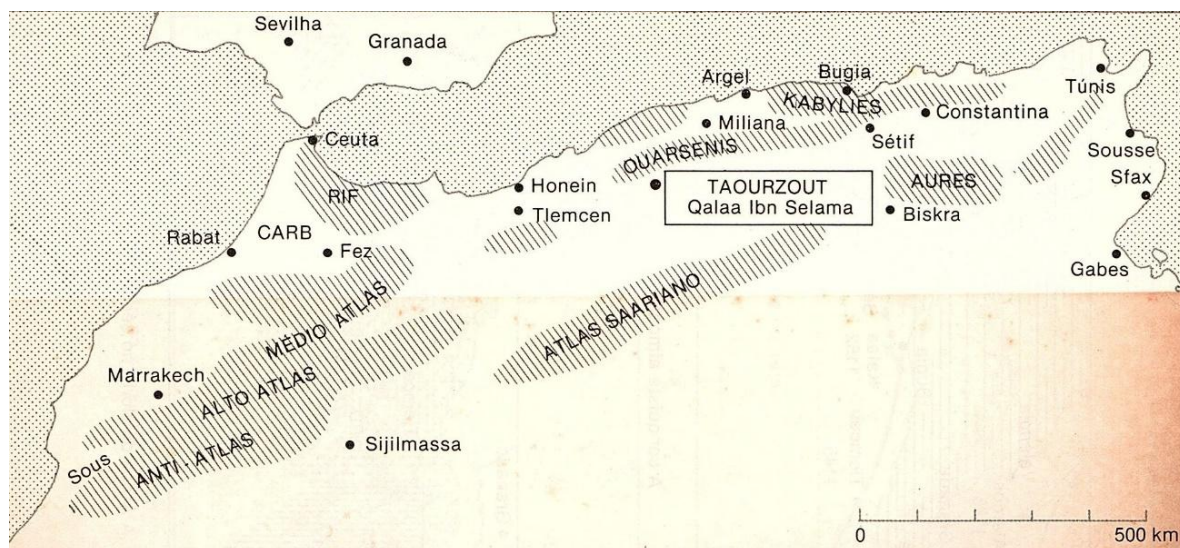


Figura 01: Relevo da África do Norte.
Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.256.

Gautier transforma a chegada da tribo *Hilal* numa invasão gigantesca e catastrófica – o que não foi totalmente verdadeiro. Os *siècles obscurs du Maghreb* são aqueles que se estendem do VII ao XVI quando, na visão do geógrafo, o Magrebe passa da civilização cristã aos Almorávidas. Por oposição, os séculos gloriosos se situariam entre as duas invasões árabes, “a dos emires representantes do califa, no final do século VII, e a dos beduínos hilalianos que começa em meados do século XI” – “É o momento em que o Magrebe conquista a Espanha, Sicília e Egito” (GAUTIER, 1927, p.28).

Lacoste observa que esta tese de Gautier, ao proclamar o declínio do *Maghreb* a partir do século XI, ignora o fato de – justamente nesse século – os nômades do Saara terem fundado, em 1067, o grande império marroquino dos Almorávidas e sua capital Marraquexe. Esses nômades também tinham acabado de organizar as rotas do ouro do Sudão a partir do vale do Senegal. Exclama Lacoste (2010): é graças a esses nômades e camponeses sedentários a idade de ouro do Magrebe e da Andaluzia.

Do século VIII até meados do século IX, parece que as relações entre o Sudão e o Oriente se teriam efetuado diretamente, através do Saara Oriental. Esse itinerário direto foi sem dúvida, particularmente necessário durante o período do conflito declarado entre a África do norte e os soberanos de Bagdá, por ocasião da insurreição carejita. Porém [...] essa rota direta foi abandonada devido às tempestades de areia [...] e dos constantes ataques de que eram vítimas as caravanas. O sultão do Egito, Ahmad ibn Tulun (863-883), proibiu que se tomasse o itinerário direto entre o Egito e o reino de Gana, tornando, com isso, obrigatório o trajeto através do Saara Ocidental, menos difícil de atravessar, e o trânsito pela África do Norte (LACOSTE, 1991 [1966], p.24).

Esse é o desvio que faz florescer o Magrebe. Esse comércio de ouro vindo do Sudão faz desenvolver os primeiros Estados dessa região: o reino de Fez (atual Marrocos), Taher (atual Argélia) e Kayruam (atual Tunísia). São as vicissitudes desse comércio – florescimento e declínio – que explicam e coordenam uma gama de fatos que marcam a Idade média na África do Norte (LACOSTE, 1991 [1966]). Cada Estado esforça-se por diminuir o papel dos rivais, principalmente para controlar as rotas do ouro. Isso explica o modo de constituição dos três Estados mais poderosos da África do Norte medieval entre os séculos X e XII: o Império Fatimita, o Império Almorávida e o Império Almôada.

O Império dos Fatimitas constituiu-se no século X a partir de um grupo de tribos montanhesas da Pequena Cabília que se opunham ao soberano de Kayruam. Os Fatimitas apoderaram-se da Ifriqiya e arremeteram contra Sijilmassa (Marrocos) – cidade extremamente importante pela sua posição setentrional estratégica nas rotas comerciais. O poderio desse império era grande e terminou por dominar o Egito e fundar a cidade de Cairo (em 973). Os soberanos Fatimitas empenharam-se em evitar que os califas de Córdoba exercessem influência sobre Sijilmassa e controlassem o tráfico de ouro. Fizeram isso avançando sobre as cidades de Fez, Tlemcen, Taher e Ceuta (FIGURA 02).

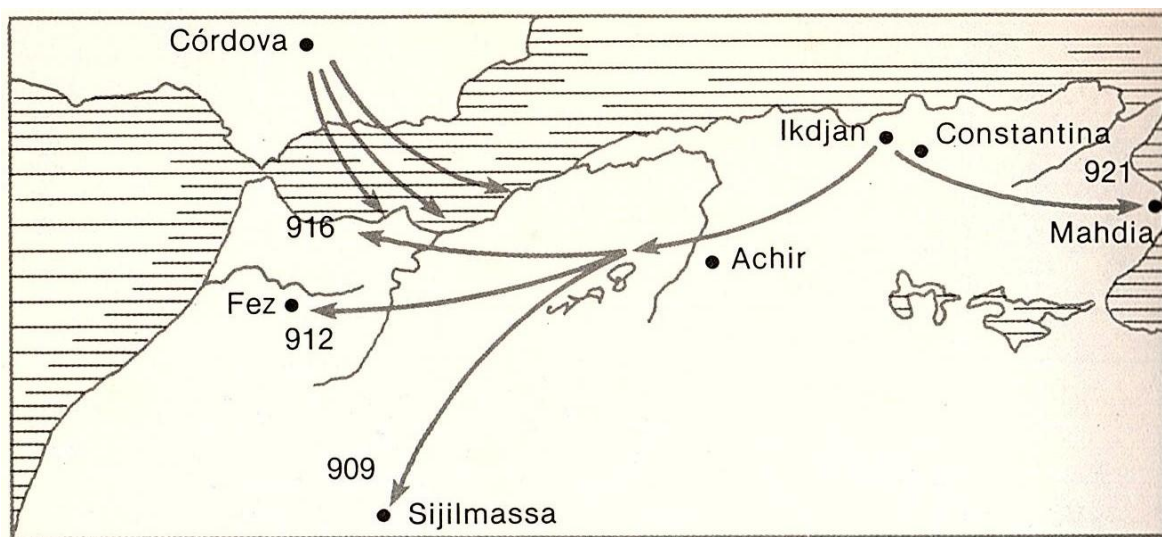


Figura 02: A conquista fatimida.
Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.254.

A origem do Império Almorávida são grupos nômades provenientes do Saara. No século XI, a origem do poderio desse império liga-se ao controle das caravanas do ouro, cujo destino –

além da África do Norte – era a Andaluzia. Esses grupos nômades berberes saarianos apoderaram-se inicialmente das cidades sudanesas de onde partiam as caravanas tendo o Magrebe como o destino e, posteriormente, capturaram a Sijilmassa em 1056. Fundaram Marraquexe em 1062 e depois conquistaram o Marrocos, parte do Magrebe Central e os reinos muçulmanos da Espanha, em 1110. No auge, estendeu-se da Mauritânia ao sul da Península Ibérica (FIGURA 03).

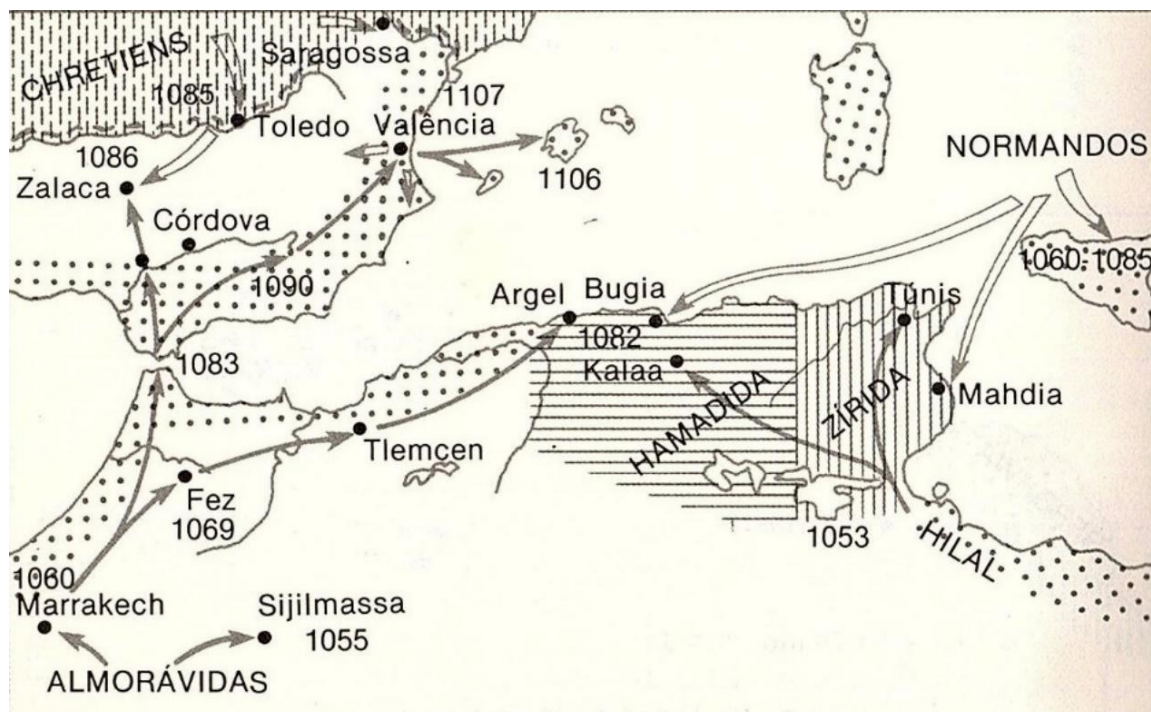


Figura 03: A África do Norte no século XI.
Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.254.

Finalmente, no século XII, grupos berberes do Alto Atlas fundaram o núcleo do Império Almôada (FIGURA 04). Os almôadas originaram-se no Marrocos e combateram os Almorávidas até conseguirem tomar a cidade de Sijilmassa, em 1145. A conquista de Sijilmassa abre espaço para conquistarem o Marrocos, o Magrebe Central, a Ifriqiya (1152) e a parte sul da Península Ibérica. No seu auge, estendia-se pelo Magrebe até a Península Ibérica – inclusive cidades como Valência.

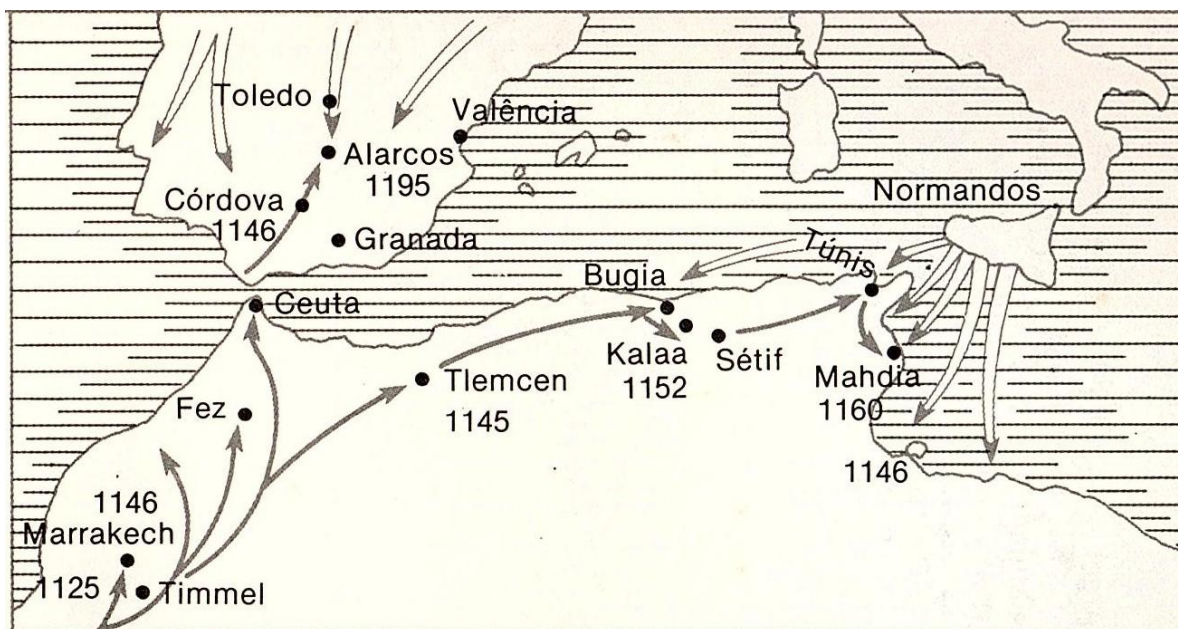


Figura 04: A conquista almôada.
Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.255.

Paulatinamente, no século XIII, os almôadas vão enfraquecendo, sobretudo quando perdem Sijilmassa (1255) para os Merínidas (FIGURA 05). O Império Merínida, oriundo de tribos berberes do Magrebe, tomaram Marraquexe, mas sem conseguir recuperar os territórios da Península Ibérica e, principalmente, reunificar o Magrebe. Essa ausência de unidade e centralização política concorreu para uma profusão de divisões internas e fronteiras territoriais fluidas.

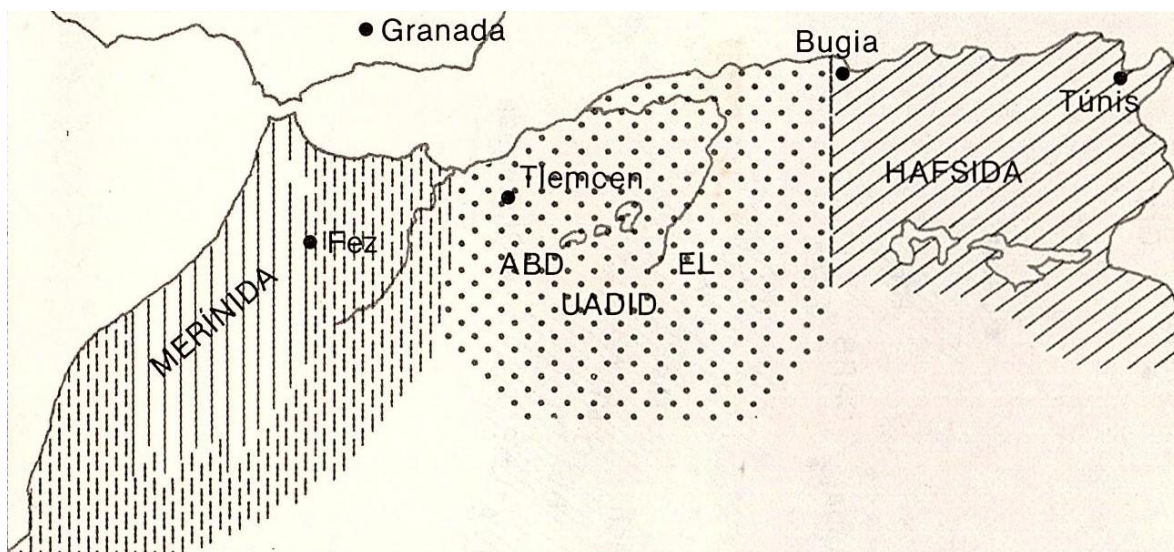


Figura 05: A África do Norte no século IX, atenção para o Império Merínida.
Fonte: LACOSTE, 1991 [1966], p.255.

Uma das causas do declínio do Magrebe foi o desvio pelo vale do Nilo das rotas transaarianas do ouro do Sudão. Em vários momentos de sua obra sobre Khaldun, Lacoste (1991 [1966]) reafirma esse fato. Assim, a África do Norte não estava apartada dos grandes centros comerciais vez que em suas cidades os mercadores orientais e cristãos encontravam-se com os negociantes magrebinos. Este tráfico de ouro oriundo do Sudão, que durante longo tempo o Magrebe controlou, era um verdadeiro motor do desenvolvimento, fator de força e importância econômica dessa região na Idade Média.

Contudo, depois do grande crescimento muçulmano até o século XIII, o Magrebe inicia sua desaceleração socioeconômica. Lacoste (2010) exemplifica com o cerco de Bagdá pelos mongóis. Ele expõe que Khaldun não vê as causas, vez que os mongóis não invadiram o norte da África. Também não sabe que as rotas do ouro – a explicação original do geógrafo – do Sudão começam a se desviar do Magrebe para passar pelo vale do Nilo, que já está aberto ao comércio árabe.

Consoante o geógrafo, Khaldun também não entende por que um grande Estado não é mais apto a refazer a unidade político-territorial do Magrebe. Esta é sua aspiração. Isso também é confirmado por Araújo (2007, p.133), para quem o ideal político de Khaldun era “o estabelecimento de Estados estáveis e bem organizados”, daí sua “nostalgia do período almorávida e almôada que unificaram e trouxeram ordem ao Magreb e em al-Andalus”. Assim, essa dupla incompreensão de Khaldun faz com que ele manifeste seu “*mauvaise humeur*” aos

cidadinos, os do *umran hadari*, que ele acusa ter perdido as virtudes guerreiras, aquelas do *umran badawi*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do livro *Ibn Khaldoun* de Yves Lacoste permitiu-nos apontar a importância da obra khalduniana, particularmente *Al-Muqaddimah*, no fornecimento de elementos explicativos que elucidam a sustação da evolução política e econômica do Magrebe – à época do historiador magrebino (séculos XIV-XV). Se Khaldun acentuava as causas internas (a importância das tribos nas formações sociais e a decadência dos impérios magrebins), Lacoste as articula com causas externas – o colonialismo, no século XIX, e o crescimento demográfico, no século XX – para explicar a situação de subdesenvolvimento do Magrebe.

Vimos que o contexto histórico detém um peso importante na consecução dos escritos lacosteanos. Quando publica *La grande œuvre d'Ibn Khaldoun*, a revolução argelina está no segundo ano de existência. Esse cenário de contradições violentas e conflitos sangrentos revela uma posição *nem tanto* anticolonialista assim do geógrafo em tela: não obstante seu apoio à independência, é possível deduzir que ele considerava uma solução plausível para o conflito a incorporação dos argelinos numa comunidade nacional francesa. Aliás, isso o aproxima de Charles de Gaulle. Um “Yves Lacoste gaullista” existirá após sua saída do Partido Comunista Francês, em 1956, e porquê de Gaulle vai “pôr fim à guerra”.

Igualmente, ressaltamos a importância de ler a obra do geógrafo em tela enquanto uma *posição* face aos escritos de Charles-André Julien e, principalmente, Émile-Félix Gautier, no que tange à questão da arabização-islamização do Magrebe. A título de ilustração, Lacoste não pode levar o manuscrito de *Ibn Khaldoun* para a *Presses Universitaires de France* porque Charles-André Julien tinha direito de veto. Por isso ele vai procurar François Maspero (1932-2015) e enviar o manuscrito para a editora homônima. A editora publica a obra, que também foi traduzida na Síria, no Líbano – e na Coreia (LACOSTE, 2010).

No que tange à Gautier, Yves Lacoste mostra como os árabes foram decisivos na edificação dos “séculos gloriosos” da região magrebina. O próprio Ibn Khaldun e sua obra correlata seriam exemplos da grandeza da civilização árabe-islâmica. É importante destacar

que Gautier (e Julien) consideravam o historiador árabe um grande intelectual, ao mesmo tempo em que tratavam a arabização como um traço ineliminável da decadência do Magrebe.

Posteriormente à publicação de *Ibn Khaldoun*, uma nova etapa se inaugura no pensamento e na atividade lacosteana. Ele se torna, com obras e artigos, um geógrafo especialista em subdesenvolvimento – praticamente sem rivais¹⁴. As discussões sobre colonialismo e desenvolvimento, que traspassa as obras do período 1959-1965, serão elevadas à um patamar superior – aquele eminentemente geopolítico, em especial do terceiro mundo. O caminho do *aufhebung* são as pesquisas no Afeganistão, Burkina Faso e Cuba; o maio de 68 em Paris e a Revolução Vietnamita.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Richard Max de. **Ibn Khaldun**: a ideia e decadência dos Estados. São Paulo: Humanitas Editorial; Fapesp, 2007.
- BENHEDDI, Zemri. Algérie : origines et aspects géopolitiques de la crise actuelle. **Hérodote** : revue de géographie et de géopolitique. N° 65/66. Juillet-septembre 1992, p.50-62.
- BÉNOT, Yves. La descolonización del África francesa (1943-1962). In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005a [2003], p.661-673.
- BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe**: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CHARNAY, Jean-Paul. Lacoste Yves, Ibn Khaldoun Naissance de l'histoire, passé du Tiers-Monde. In: **Archives de sociologie des religions**, n°22, 1966, p.197-198.
- CÔTE, Marc. Lacoste Yves — Ibn Khaldoun. Naissance de l'Histoire, passé du Tiers Monde. In: **Population**, 23^e année, n°1, 1968. p. 193.
- DOSSE, François. **La marcha de las ideas**. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Traducción Rafael F. Tomás. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2006 [2003].
- GAUTIER, Émile-Félix. **L'Islamisation de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs du Maghreb**. Paris : Payot, 1927.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2008 [2005].
- JULIEN, Charles-André. **Histoire de l'Afrique du Nord 2** : Tunisie – Algérie – Maroc, de la conquête arabe à 1830. 2^a édition. Paris : Payot, 1986 [1952].

¹⁴ O que não quer dizer, por óbvio, que ele era o único geógrafo a dissertar sobre esse tema. Nesse rol, apenas para nos restringirmos ao período entre 1954 e 1966, podemos listar intervenções de Pierre George, Josué de Castro, Norton Ginsburg, Bernard Kayser e Daniel Noïn.

LACOSTE, Yves. La grande œuvre d'Ibn Khaldoun. **La Pensée** – revue du rationalisme moderne. Nouvelle série n°69, septembre-octobre 1956, p.10-33.

LACOSTE, Yves. **L'Afrique du Nord** (Tunisie – Algérie – Maroc). EDSCO Documents. N°61. Juin-Juillet 1957a (1re Partie : Histoire).

LACOSTE, Yves. **L'Afrique du Nord** (Tunisie – Algérie – Maroc). EDSCO Documents N°62. Novembre 1957b (2e Partie : Le Sahara).

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Introdução de Pierre George. Tradução de T. Santos. 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968 [1965].

LACOSTE, Yves. **Ibn Khaldun**: Nascimento da História/Passado do Terceiro Mundo. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1966].

LACOSTE, Yves. **A geopolítica do Mediterrâneo**. Tradução por Pedro Elói Duarte. Revisão por Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 2006.

LACOSTE, Yves. **La géopolitique et le géographe** : entretiens avec Pascal Lorot. Paris : Choiseul, 2010.

LACOSTE, Yves. **Aventures d'un géographe**. Paris : Équateurs, 2018.

LACOSTE, Yves. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 19 de abril de 2022.

LACOSTE-DUJARDIN, C; LACOSTE, Y (orgs.). **L'État du Maghreb**. Paris : Éditions La Découverte, 1991.

LE TOURNEAU, Roger. Deux livres sur l'Algérie. **Le Monde**, Paris, 16 mars 1961. Disponível nos arquivos do jornal *Le Monde* da *Bibliothèque publique d'information do Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*.

LE TOURNEAU, Roger. Yves Lacoste, Ibn Khaldoun. Naissance de l'histoire. Passé du tiers-monde. In : **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, n°2, 1966, p. 253-256.

MERLE, Marcel. El anticolonialismo. In: FERRO, Marc. **El libro negro del colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. Traducción de Cario Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005 [2003], p.727-769.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PRENANT, André. Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização “globalizada”. In: PERRAULT, Gilles (org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte... [et al]. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1995], p.241-273.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. Yves Lacoste em Argel: afinidades eletivas e a descoberta da obra de Ibn Khaldun. **GEOGRAFIA EM QUESTÃO**. V.16, N. 02, 2023, pp.117-146.

SERAFIM, J. Laginha. **Ibn Khâldun. Historiador e humanista**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010 [2008].